

FLÁVIO VILLAÇA: REFLEXÕES SOBRE AS CIDADES BRASILEIRAS (São Paulo, Studio Nobel, 2012)

Helena Lúcia Zagury Tourinho¹

Flávio Villaça é arquiteto formado pela FAU/USP, Mestre em Planejamento Urbano pelo *Georgia Institute of Technology*, Doutor em Geografia pela FLCH/USP e Pós-Doutor na Universidade da Califórnia. Trabalhou muitos anos na Secretaria Municipal de Planejamento da Prefeitura de São Paulo e foi professor nos cursos de graduação e pós-graduação da FAU/USP, onde se aposentou na condição de Professor Emérito. A atividade acadêmica, associada à de atuação no setor de planejamento urbano municipal e à sua militância política, proporcionou a Villaça um vasto conhecimento empírico e uma capacidade de reflexão teórica ímpar ou pelo menos incomum na maioria dos estudos urbanos brasileiros. Utilizando elementos conceituais do materialismo histórico, Villaça vai além das descrições de processos intraurbanos e das suas manifestações espaciais e procura chegar às explicações dos motores desses processos. Sua abordagem sobre os processos e a estrutura intraurbana das metrópoles brasileiras tem sido, indiscutivelmente, inovadora e original.

¹ Arquiteta e urbanista, Doutora em Desenvolvimento Urbano, professora e Pesquisadora do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente da Universidade da Amazônia (Unama).

No livro *Reflexões sobre as cidades brasileiras*, Villaça apresenta uma coletânea de seus trabalhos mais importantes, mantendo seus conteúdos na íntegra e/ou atualizando-os em pequenos textos introdutórios. Ele aparece num momento muito oportuno, quando, frustradas muitas das expectativas de transformação geradas pelo advento do Estatuto da Cidade, se reproduz, na maioria das cidades brasileiras, as faces mais cruéis da urbanização.

A seleção dos textos que compõem a coletânea revela uma cuidadosa tessitura de informações e análises, proporcionando ao leitor o acesso a uma síntese sistematizada e profunda do pensamento do autor sobre o espaço urbano no âmbito do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Em cada texto, afirma e reafirma sua tese fundamental de que o problema das cidades brasileiras não é a pobreza, mas a imensa desigualdade econômica e política existente entre a minoria mais rica e a maioria mais pobre.

Os textos foram agrupados em cinco grandes eixos temáticos. O primeiro discute a renda da terra urbana; o segundo trata do problema da segregação; o terceiro analisa os centros urbanos principais de comércio e serviços das metrópoles; o quarto retoma o debate sobre o planejamento urbano e os planos diretores; e o quinto apresenta textos diversos sobre problemas de peculiar interesse metropolitano (transportes e implantação de eixos de circulação em São Paulo e no Rio de Janeiro). Por fim, nas conclusões, Villaça retoma as reflexões iniciais e as sintetiza. A leitura do livro é, portanto, bastante útil para aqueles que buscam captar a essência do pensamento do autor, segundo esses recortes temáticos.

O primeiro dos eixos é composto pelo texto *A terra como capital (a terra-localização)*, publicado originalmente em 1985, pela *Revista Espaço e Debates*. Nele, Villaça se contrapõe à ideia de que são apenas os edifícios, as infraestruturas, as vias e/ou as praças, ou seja, o produto do trabalho humano imediato, que produzem o ambiente construído. Para ele, é a “terra-localização” o produto socialmente produzido pelo homem, um produto especial por ser irreproduzível (é impossível haver duas localizações iguais). Ressalte-se que a

categoria “renda-localização” talvez seja a contribuição teórica mais relevante de Villaça para os estudos urbanos. Ela permite explicar a origem do valor e dos preços diferenciados do solo no espaço, particularmente no espaço intraurbano. Além disso, facilita a compreensão das lógicas de atuação dos diversos agentes na produção, apropriação e consumo do espaço urbano, bem como a identificação e a explicação das desigualdades socioespaciais, já que a apropriação do produto localização sempre será objeto de disputas.

A segregação socioespacial é discutida no segundo eixo em três textos, em que Villaça critica as abordagens descritivas, de naturezas quantitativa e/ou ética, ou seja, os trabalhos que medem e/ou que denunciam as injustiças sociais envolvidas na segregação, sem explicar suas causas nem articulá-las ao restante da estrutura urbana e à totalidade social.

Para o autor, a segregação é produzida pelas classes dominantes, as quais controlam as melhores localizações, dominam as condições de acessibilidade (distância-tempo) e promovem o deslocamento espacial das nucleações terciárias. As classes dominantes, portanto, via segregação, estruturam o espaço intraurbano. Esse é o cerne e, ao mesmo tempo, o ponto mais delicado do pensamento de Villaça, que trata o Estado como mero comitê executivo das camadas de renda mais elevada. Por mais desigual que seja a distribuição do poder econômico e político no País, é difícil concordar com a ideia de que a produção do espaço urbano no Brasil seja orquestrada exclusivamente, pelas camadas de alta renda; que essas camadas (capitalistas, proprietários fundiários, incorporadores imobiliários, agências de financiamento, etc.) não tenham interesses espaciais conflitantes e que sejam capazes de submeter todos os demais segmentos envolvidos na produção, na apropriação e no consumo do espaço urbano.

O interessante é que, embora Villaça negue a abordagem da segregação baseada na visão dualista centro-periferia, acaba reproduzindo-a no texto que trata da segregação em São Paulo, já que reduz a sociedade metropolitana a duas classes e áreas sociais

que chama de “dos mais ricos” e “dos mais pobres”. Ao proceder dessa forma, chega aos mesmos modelos explicativos duais que critica; em última instância, acaba construindo um modelo de configuração espacial da segregação muito semelhante ao modelo setorial de Hoyt, da Escola de Chicago. Ressalte-se que os modelos da Escola de Chicago vêm sendo sistematicamente criticados há algumas décadas, já estando superados por análises mais recentes como as desenvolvidas por Axel Borsdorf, Jürgen Bähr, Ernst Griffin, Larry Ford e Michael Janoschka.

A terceira parte do livro trata dos centros principais de comércio e serviços das cidades. Os nove textos que a compõem foram escritos desde 2003, alguns reescritos entre 2010 e 2011. Villaça começa argumentando que, na pequena cidade, centro e não centro formam uma unidade dialética: “Um não sucede nem antecede o outro; um não existe sem o outro e ambos são criados por um mesmo e único processo” (p. 92). A partir daí, se propõe a falar do conceito, da importância do centro tradicional, destacando a relação entre centro, democracia e justiça espacial.

Por considerar que os centros tradicionais são portadores de acessibilidade máxima para o conjunto da população (ricos e pobres), entende que, para que um equipamento seja de toda a metrópole, ele deve estar localizado no centro, pois: “Tudo o que está no centro atende melhor o conjunto da cidade, e [...] só atende melhor o conjunto da cidade o que está no centro” (p. 92). Daí deriva o argumento de ser o centro a “mais justa e democrática localização para os equipamentos únicos, raros e/ou mais importantes da cidade” (p. 92). Para esse autor, o principal problema dos centros tradicionais das metrópoles brasileiras é que estes deixaram de ser os centros de acessibilidade máxima para as camadas de maior renda.

A decadência de centros tradicionais em cidades como São Paulo é explicada pelo fato de as camadas de maior renda utilizarem seu poder econômico e político para deslocar o centro em sua direção, o que fazem mediante a atração dos setores da cidade que constituem suas áreas de interesse: os investimentos públicos em sistema viário

e transporte e a implantação de equipamentos únicos e importantes de caráter metropolitano. Aqui, novamente, às elites é atribuída a responsabilidade de estruturar o espaço urbano. Os deslocamentos da área de segregação das residências, assim como dos centros dessas elites são, portanto, apontados como a causa dos problemas de degradação das áreas centrais das metrópoles brasileiras. Diante desse argumento, Villaça defende, como estratégia de exercício da justiça espacial, o resgate do papel dos centros tradicionais da cidade; a concentração nessas áreas, de centros culturais, museus e sedes dos principais órgãos públicos que atendam o conjunto da metrópole.

É indiscutível que essas posições também suscitam algumas reflexões. A começar pelo pressuposto da acessibilidade máxima do centro, o qual implica, dentre outros, desconsiderar as características do sítio e homogeneizar as condições de mobilidade das camadas mais pobres. Em metrópoles como Belém, Porto Alegre e Salvador, este pressuposto, certamente, não se aplica. Ademais, há que se considerar também o que significa o reforço da concentração de atividades nas áreas centrais tradicionais face aos crescentes problemas de acessibilidade a essas áreas, principalmente para as camadas mais pobres – expresso em “distância-tempo” e “distância-custo” cada vez maiores dos deslocamentos casa-trabalho, casa-compras, casa-estudo.

O quarto eixo trata do plano diretor e do planejamento urbano, ou seja, do que deveria nortear a ação do Estado e da sociedade em termos de ordenamento espacial e territorial urbano. As ideias expostas em *Os limites da participação popular*, de 1996, e *Dilemas do plano diretor*, de 1998, não surpreendem aqueles que estão acostumados a ler as ardorosas e veementes críticas de Villaça ao planejamento urbano brasileiro e seus planos diretores.

Nas conclusões finais, o autor retoma as ideias principais dos diversos textos, chamando a atenção para o controle do tempo, como a “força mais poderosa que atua sobre a distribuição das classes sociais, portanto da infraestrutura, dos equipamentos sociais

urbanos e da distribuição dos locais de trabalho, compras, serviços e lazer” (p. 287). Lembra que, no Brasil, nenhuma questão urbana pode ser compreendida desvinculada do estudo das desigualdades e remete à necessidade do estudo da segregação, já que esta constitui o “estratagema básico utilizado pela classe dominante para potencializar sua força na disputa pela apropriação do produto terra-localização”.

Por fim, conforme diz o próprio Villaça: “Há verdades mais importantes e há verdades menos importantes. Há verdades que escondem e há verdades que são escondidas. Há verdades úteis e há verdades inúteis”. A leitura do livro, indubitavelmente, levará o leitor a refletir sobre múltiplas verdades.

BERNARDO SECCHI E AS CIDADES NO SÉCULO XX (Cidade, Editora, Ano)

Cecília Ribeiro¹

O livro *A cidade no século vinte*, do italiano Bernardo Secchi, publicado no Brasil em 2009, revela uma riqueza conceitual e interpretativa para além do que o seu título sugere. Secchi não considerou somente uma cidade genérica pela qual percorreria as suas considerações. Ele enunciou três cidades que se circunscrevem ao debate europeu – embora, em muitos momentos, esses debates sejam estendidos ao americano –, *a cidade sem-fim*, *a cidade das utopias* e *a cidade do bem-estar*.

A cidade sem-fim diz respeito à concentração e dispersão de sua ocupação. Ela nem surge no início, nem termina no fim do século XX. Seu tempo é longo, como é longo e cheio de ambiguidades o seu debate. O movimento da concentração referiu-se à urbanização, à industrialização e ao tratamento da cidade como máquina, metrópole e megalópole, em inquietações advindas da transformação e controle do seu crescimento. Ao movimento de dispersão, estavam relacionadas as discussões em torno do subúrbio, dos condomínios

¹ Arquiteta urbanista, Doutora em Desenvolvimento Urbano pela UFPE. ceciliaribeiro@ig.com.br